

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS ORÇAMENTAIS 2012



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Índice

1. Introdução	3
2. Programa 002 – Governação e Cultura	4
3. Programa 003 – Finanças e Administração Pública.....	6
4. Programa 004 – Gestão da Dívida Pública.....	8
5. Programa 005 – Representação Externa	11
6. Programa 006 – Defesa	13
7. Programa 007 – Segurança Interna	15
8. Programa 008 – Justiça.....	17
9. Programa 009 – Economia e Emprego	19
10. Programa 010 – Agricultura e Ambiente	21
11. Programa 011 – Saúde.....	23
12. Programa 012 – Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	26
13. Programa 013 – Ciência e Ensino Superior.....	28
14. Programa 014 – Solidariedade e Segurança Social.....	30

Índice de quadros:

Quadro 1 - Despesa por classificação económica	4
Quadro 2 - Número de Efetivos	5
Quadro 3 - Despesas por Classificação Económica	6
Quadro 4 - Despesas por Classificação Económica	8
Quadro 5 - Despesas por Classificação Económica	9
Quadro 6 - Despesas por Classificação Económica	11
Quadro 7 - Despesas por Classificação Económica	13
Quadro 8 - Resultados obtidos	14
Quadro 9 - Despesas por Classificação Económica	15
Quadro 10 - Despesas por Classificação Económica	17
Quadro 11 - Despesas por Classificação Económica	19
Quadro 12 - Orçamento – Agricultura e Ambiente.....	21
Quadro 13 - Despesas por Classificação Económica	22
Quadro 14 - Despesas por Classificação Económica	24
Quadro 15 - Despesas por Classificação Económica	26
Quadro 16 - Despesas por Classificação Económica	28
Quadro 17 - Despesas por Classificação Económica	31

Índice de gráficos:

Gráfico 1 - Distribuição orçamental do P014 por serviço/orgânica (orçamento corrigido e expurgado de cativos)	30
--	----



1. Introdução

- A Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, e republicada em 13 de outubro pela Lei nº 52/2011, refere no seu artigo 72º-A que o Governo envia à Assembleia da República, até 31 de março um relatório de execução dos programas orçamentais do ano anterior, explicitando os resultados obtidos e os recursos utilizados.
- De forma a dar cumprimento aquela disposição legal a Direção Geral do Orçamento solicitou aos Coordenadores dos Programas Orçamentais (PO) o envio de informação respeitante aos respetivos PO.
- Para a elaboração do presente documento foi adotada uma estrutura que privilegia a informação remetida pelos Coordenadores dos PO, sem prejuízo de pontualmente ter-se procedido à introdução de informação adicional que se considerou relevante no âmbito do presente relatório.
- Importa notar que a informação constante do presente relatório tem um carácter provisório, uma vez que os resultados definitivos da execução do Orçamento do Estado de 2012 serão apresentados na Conta Geral do Estado de 2012 que será entregue à Assembleia da República no calendário fixado na Lei Enquadramento Orçamental.
- Os resultados apresentados são os que decorrem da execução dos programas da responsabilidade do Governo.

2. Programa 002 – Governação e Cultura

- O PO Governação e Cultura integra os serviços e organismos que compõem a Presidência de Conselho de Ministros.
- A entidade coordenadora do Programa Governação e Cultura, Secretaria -geral da Presidência do Conselho de Ministros, apresentou o relatório relativo aos resultados obtidos e recursos utilizados no ano de 2012, do qual se destacam os seguintes aspetos:

2.1. RECURSOS

- No que respeita aos recursos financeiros, a taxa de execução orçamental face ao orçamento corrigido foi de 85,5%, como ressalta do quadro infra, resultado das medidas de restrição orçamental adotadas em 2012, designadamente a suspensão de abonos pagos a título de subsídios de férias e de Natal e a contenção de despesa com aquisição de bens e serviços correntes.
- As alterações orçamentais negativas verificadas resultam da transferência de entidades para outros programas orçamentais no âmbito do PREMAC (Programa de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado).

Quadro 1 - Despesa por classificação económica

Designação	Orçamento Inicial (1)	Alterações orçamentais				Orçamento Corrigido (3)=(1)+(2)	Execução Orçamental (4)	Execução		
		Da competência do Governo						%	Estrutura	
		Créditos especiais	Provisional	Outras	Retificativo					
										(2)
Despesa corrente	680,3	23,6	0,0	-7,5	0,0	696,4	573,9	82,4	84,4	95,7
Despesas com o pessoal	254,5	0,5	0,0	0,4	0,0	255,5	221,8	86,8	87,1	37,0
Aquisição de bens e serviços correntes	261,5	6,9	0,0	1,4	0,0	269,8	215,7	80,0	82,5	36,0
Juros e outros encargos	14,7	0,0	0,0	0,0	0,0	14,7	10,6	72,3	72,4	1,8
Transferências correntes	109,9	16,1	0,0	-6,5	0,0	119,6	102,3	85,5	93,0	17,1
Administrações Públicas	0,6	2,0	0,0	0,1	0,0	2,6	2,1	82,6	364,5	0,4
Administração Central	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	58,2	81,5	0,0
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,1	14,6	14,2	0,0
Segurança Social	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	1,9	1,9	99,9	194.626,0	0,3
Outras transferências correntes	109,3	14,2	0,0	-6,6	0,0	117,0	100,1	85,6	91,6	16,7
Subsídios	13,9	0,1	0,0	-0,2	0,0	13,7	12,0	87,4	86,5	2,0
Outras despesas correntes	25,8	0,0	0,0	-2,7	0,0	23,1	11,5	49,6	44,5	1,9
Despesa de capital	66,0	5,3	0,0	-6,6	0,0	64,7	25,6	39,5	38,7	4,3
Investimento	59,6	1,3	0,0	-6,2	0,0	54,7	22,9	41,9	38,5	3,8
Transferências de capital	6,4	4,0	0,0	-0,4	0,0	10,0	2,6	26,3	41,3	0,4
Administrações Públicas	1,6	0,0	0,0	-0,1	0,0	1,5	0,6	40,0	37,5	0,1
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	1,6	0,0	0,0	-0,1	0,0	1,5	0,6	40,0	37,5	0,1
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências de capital	4,7	4,0	0,0	-0,3	0,0	8,5	2,0	23,9	42,6	0,3
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Despesa efetiva consolidada	746,3	28,9	0,0	-14,1	0,0	761,1	599,4	78,8	80,3	100,0
Ativos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	344,6	0,0	0,0	12,3	0,0	356,9	356,9	100,0	103,6	
Despesa total consolidada	1.090,9	28,9	0,0	-1,8	0,0	1.118,0	956,3	85,5	87,7	

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Dados da execução orçamental provisórios

- Relativamente aos recursos humanos, verificou-se uma redução no número de trabalhadores de 8%, superior ao apurado para o global da Administração Central (5%).



Quadro 2 - Número de Efetivos

	2011	2012	Nº	(n.º efetivos) %
Não inclui EPR	4.581	4.196	-385	-8%

2.2. RESULTADOS

- A análise do quadro supra reproduzido permite concluir que o Programa 002 – Governação e Cultura atingiu, na execução orçamental de 2012, os objectivos previstos.



3. Programa 003 – Finanças e Administração Pública

- A entidade coordenadora do Programa Finanças e Administração Pública, Secretaria - Geral do Ministério das Finanças, apresentou o relatório relativo aos resultados obtidos e recursos utilizados, no ano 2012, do qual se destacam os seguintes aspetos:

3.1. RECURSOS

A receita cobrada líquida atingiu 13,9 M€, correspondendo, 68,52% a cobranças de SFA e 31,48% a cobranças efetuadas por SI. Quanto à sua natureza encontra-se repartida em 56,01% de receitas gerais e 43,96% de receitas próprias. As receitas provenientes de fundos comunitários são pouco expressivas, atingindo apenas 0,03% da receita cobrada líquida.

A despesa atingiu 12,613 M€ que corresponde a uma taxa de execução de 95,34%, sendo o agrupamento de transferências correntes o que apresenta maior peso na execução (80% do total dos pagamentos efetuados).

Destaque, ainda, para os serviços que mais contribuíram para o resultado do Programa: CGA, a ADSE, a AT, os Capítulos 60 – Despesas Excecionais e 70 – Recursos Próprios Comunitários.

A Gestão flexível do Programa foi utilizada para regularizar 1,7 M€ de pagamentos em atraso que se registavam no início do ano;

- O quadro seguinte apresenta a evolução ao longo do ano do orçamento do programa, bem como a respetiva execução (dados apurados pela Direção-Geral do Orçamento consolidados):

Quadro 3 - Despesas por Classificação Económica

Designação	Orçamento Inicial	Alterações orçamentais				Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Execução		
		Da competência do Governo						%		
		Créditos especiais	Provisional	Outras	Retificativo			(6)=(4)/(3)	(7)=(4)/(1)	Estrutura
(1)	(2)				(3)=(1)+(2)	(4)	(6)=(4)/(3)	(7)=(4)/(1)	Estrutura	
Despesa corrente	12.319,0	109,4	-359,9	177,8	130,3	12.376,5	11.799,7	95,3	95,8	93,5
Despesas com o pessoal	855,2	29,0	0,0	-270,5	-90,0	523,7	491,6	93,9	57,5	3,9
Aquisição de bens e serviços correntes	819,0	61,3	0,0	-30,5	0,0	849,9	696,2	81,9	85,0	5,5
Juros e outros encargos	327,1	0,0	0,0	220,8	0,0	547,9	272,0	49,6	83,1	2,2
Transferências correntes	9.956,5	18,1	150,1	-231,8	220,3	10.113,2	10.071,1	99,6	101,2	79,8
Administrações Públicas	240,2	0,0	32,6	-34,0	0,0	238,8	236,6	99,1	98,5	1,9
Administração Central	227,5	0,0	32,6	-33,8	0,0	226,3	224,1	99,0	98,5	1,8
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Segurança Social	12,7	0,0	0,0	-0,1	0,0	12,5	12,5	99,9	98,9	0,1
Outras transferências correntes	9.716,4	18,1	117,5	-197,8	220,3	9.874,4	9.834,5	99,6	101,2	78,0
Subsídios	298,6	0,0	0,0	-30,0	0,0	268,6	242,7	90,4	81,3	1,9
Outras despesas correntes	62,6	0,9	-510,0	519,8	0,0	73,3	26,1	35,7	41,8	0,2
Despesa de capital	446,8	14,0	-18,2	313,3	97,1	853,1	813,8	95,4	182,1	6,5
Investimento	17,3	14,0	0,0	291,3	0,0	322,6	308,7	95,7	1.787,6	2,4
Transferências de capital	426,3	0,0	0,0	4,4	97,1	527,8	505,1	95,7	118,5	4,0
Administrações Públicas	344,5	0,0	0,0	4,2	0,0	348,7	345,9	99,2	100,4	2,7
Administração Central	344,5	0,0	0,0	4,2	0,0	348,7	345,9	99,2	100,4	2,7
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências de capital	81,8	0,0	0,0	0,2	97,1	179,1	159,2	88,9	194,7	1,3
Outras despesas de capital	3,2	0,0	-18,2	17,6	0,0	2,7	0,0	0,0	-	-
Despesa efetiva consolidada	12.765,8	123,4	-378,1	491,1	227,4	13.229,6	12.613,5	95,3	98,8	100,0
Ativos financeiros	18.727,9	8,5	0,0	241,0	6.436,5	25.413,8	13.124,4	51,6	70,1	-
Passivos financeiros	400,0	0,0	0,0	-632,9	1.100,0	867,1	533,7	61,5	133,4	-
Despesa total consolidada	31.893,7	131,9	-378,1	99,1	7.763,8	39.510,5	26.271,6	66,5	82,4	-

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Dados provisórios.

3.2. RESULTADOS

- No contexto do Programa foi alcançada uma poupança global de 1.439 M€, resultado do nível de cobrança de receitas próprias.
- Os Serviços do MF não apresentam pagamentos em atraso no final do ano.
- Disseminação dos serviços partilhados, com relevo para o GeRHup que entrou em produção em 4 entidades do MF. Na área financeira, o GerFIP abrangia 170 entidades em 2012, número alargado para 311, a 1 de Janeiro de 2013, das quais 253 da administração central.
- Reforço das capacidades da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), dando cumprimento ao Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras para o triénio 2012-2014.
- Aprovação da Reforma da Faturação, com base nos seguintes pilares: (i) fatura obrigatória em todos os sectores de atividade para a generalidade das transações comerciais; (ii) obrigação de comunicação electrónica dados relevantes de todas as faturas emitidas dos agentes económicos à AT; (iii) controlo electrónico de bens em circulação e, (iv) criação de um incentivo fiscal em sede de IRS, promovendo a exigência de fatura por parte dos consumidores em sectores de atividade seleccionados.
- Desenvolvimento do processo de avaliação geral dos prédios urbanos.
- Criação da Unidade de Grandes Contribuintes.

4. Programa 004 – Gestão da Dívida Pública

- A entidade coordenadora do Programa Gestão da Dívida Pública, Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., que apresentou o relatório relativo aos resultados obtidos e recursos utilizados no ano 2012, do qual se destacam os seguintes aspetos:
- Juros e outros encargos da dívida direta do Estado:

Em 2012, a despesa incluída no Programa Orçamental 004 relacionada com juros e outros encargos da dívida pública fixou-se em 6.849 milhões de euros, o que compara com uma previsão inicial, inscrita no OE 2012, de 8.013 milhões de euros.

Quadro 4 - Despesas por Classificação Económica

	Milhões de euros		
	Total 2102		Desvio
	OE 2012	Exec	
Juros da dívida pública	7.781	6.734	-1.047
Bilhetes do Tesouro	590	572	-18
Obrigações do Tesouro	4.669	4.656	-13
Empréstimos PAEF	1.559	1.080	-479
Certificados de Aforro e do Tesouro	410	303	-107
CEDIC / CEDIM	105	57	-48
Juros recebidos de aplicações	-77	-285	-208
Outros	525	350	-175
Comissões	232	115	-117
Empréstimos PAEF	182	91	-91
Outros	50	24	-26
Total	8.013	6.849	-1.164

- O desvio favorável de 1.164 milhões de euros encontra justificação sobretudo na menor despesa com juros e outros encargos dos empréstimos obtidos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que explicam cerca de metade do desvio total (perto de 600 milhões de euros). A redução da despesa com estes empréstimos resultou dos seguintes fatores:
 - adiamento para 2012 de grande parte dos desembolsos inicialmente previstos para o final de 2011, que por isso deixaram de pagar cupão em 2012;
 - abolição da margem a pagar nos empréstimos iniciais do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF);
 - redução significativa das taxas de juro de referência, com impacto sobretudo nos empréstimos do FMI que pagam cupão trimestral sobre todo o *stock* de dívida vivo, mas também nos empréstimos do MEEF concedidos no final de 2011;
 - redução dos outros encargos a pagar nos empréstimos da Facilidade Europeia de Estabilização Financeira (FEEF) face ao previsto inicialmente.

Para além disso, importa destacar o aumento significativo dos juros recebidos de aplicações, decorrente da manutenção de um saldo de disponibilidades de Tesouraria superior ao inicialmente previsto ao longo de todo o ano, bem como a redução substancial das taxas de juro de referência no mercado interbancário, que resultaram numa revisão em baixa dos juros a pagar em todos os instrumentos de curto prazo ou com taxa variável (CA, CEDIC, e outros).

O programa orçamental 004 – Gestão da Dívida Pública integra, também, a despesa orçamental relativa ao Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP) que se traduz no Capítulo 07 – Divisão 02 do Orçamento do Estado.

Para o ano 2012 foi aprovado para o referido capítulo um montante total de 1.600 milhões de euros, correspondente à receita de privatizações prevista para o ano em causa, e com uma consignação de 1.440 milhões de euros à amortização de dívida e de 160 milhões de euros a aumentos de capital.

No final do ano foi efetuado um crédito especial, na receita de privatizações e na rubrica de despesa associada à amortização de dívida, no valor de 3.000 milhões de euros uma vez que o orçamento inicial mostrou-se insuficiente face às operações de privatização ocorridas em 2012.

No que respeita à execução orçamental, foi registada uma receita de 2.768 milhões de euros, proveniente das operações de privatização da REN (496 milhões de euros) e da EDP (2.272 milhões de euros). Esta receita foi consignada, na totalidade, à rubrica de despesa associada à amortização de dívida pública tendo sido aplicada na amortização de Bilhetes do Tesouro cujo vencimento ocorreu em 23 de março e 21 de dezembro de 2012.

- O quadro seguinte apresenta a evolução ao longo do ano do orçamento do programa, bem como a respetiva execução (dados apurados pela Direção-Geral do Orçamento consolidados):

Quadro 5 - Despesas por Classificação Económica

Designação	(Milhões de euros)									
	Orçamento Inicial	Alterações orçamentais				Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Execução		
		Da competência do Governo			Retificativo			% Estrutura		
		Créditos especiais	Provisional	Outras				(6)=(4)/(3)	(7)=(4)/(1)	
(1)	(2)				(3)=(1)+(2)	(4)	(6)	(7)		
Despesa corrente	8.062,5	0,5	0,0	-47,0	-684,0	7.332,0	6.864,7	93,6	85,1	99,2
Despesas com o pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Juros e outros encargos	8.013,0	0,0	0,0	0,0	-684,0	7.329,0	6.864,5	93,7	85,7	99,2
Transferências correntes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências correntes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras despesas correntes	49,5	0,5	0,0	-47,0	0,0	3,0	0,1	4,9	0,3	0,0
Despesa de capital	0,0	40,0	0,0	22,0	0,0	62,0	54,8	88,3	161,3	0,8
Investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,8	-	-	0,2
Transferências de capital	0,0	40,0	0,0	22,0	0,0	62,0	44,0	71,0	-	0,6
Administrações Públicas	0,0	40,0	0,0	22,0	0,0	62,0	44,0	71,0	-	0,6
Administração Central	0,0	40,0	0,0	22,0	0,0	62,0	44,0	71,0	-	0,6
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Despesa efetiva consolidada	8.062,5	40,5	0,0	-25,0	-684,0	7.394,0	6.919,4	93,6	85,8	100,0
Ativos financeiros	3.057,3	0,0	0,0	0,0	0,0	3.057,3	1.969,9	64,4	64,4	-
Passivos financeiros	123.692,2	3.000,0	0,0	0,0	0,0	126.692,2	94.047,0	74,2	76,0	-
Despesa total consolidada	134.812,0	3.040,5	0,0	-25,0	-684,0	137.143,5	102.936,3	75,1	76,4	-

Fonte: Ministério das Finanças.
Nota: Dados provisórios.

- O desvio favorável de 1.164 milhões de euros, no âmbito dos Juros e outros encargos da dívida direta do Estado, encontra justificação sobretudo na menor despesa com juros e outros encargos dos empréstimos obtidos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que explicam cerca de metade do desvio total (perto de 600 milhões de euros).
- Importa mencionar que o desvio verificado, no âmbito do Fundo de Regularização da Dívida Pública, entre o orçamento corrigido (4.600 milhões de euros) e a execução orçamental do ano 2012 (2.768 milhões de euros),



decorreu grandemente do facto de não ter sido recebida a importância de 1.400 milhões de euros que era expectável no âmbito da operação de privatização da ANA.

5. Programa 005 – Representação Externa

- A entidade coordenadora do Programa, Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, apresentou o relatório relativo aos resultados obtidos e recursos utilizados no ano de 2012, de onde ressaltam os seguintes aspetos:

5.1. RECURSOS

- No que respeita à informação prevista no n.º 3 do artigo 51.º da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro), relacionada com as alterações orçamentais da competência do Governo, apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro 6 - Despesas por Classificação Económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento Inicial	Alterações orçamentais				Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Execução		
		Da competência do Governo			Retificativo					
		Créditos especiais	Provisional	Outras						
								(1)	(2)	
Despesa corrente	322,0	55,5	0,0	-39,7	0,0	337,8	303,6	89,9	94,3	95,6
Despesas com o pessoal	167,1	22,7	0,0	-18,5	0,0	171,3	154,8	90,3	92,6	48,7
Aquisição de bens e serviços correntes	41,1	11,0	0,0	-2,5	0,0	49,6	39,7	80,2	96,7	12,5
Juros e outros encargos	0,4	0,2	0,0	-0,1	0,0	0,5	0,5	99,6	122,3	0,2
Transferências correntes	88,0	19,2	0,0	-13,5	0,0	93,6	91,4	97,7	103,9	28,8
Administrações Públicas	0,6	2,7	0,0	-2,3	0,0	1,0	0,5	50,9	80,7	0,2
Administração Central	0,6	2,7	0,0	-2,3	0,0	1,0	0,5	50,9	80,7	0,2
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências correntes	87,4	16,5	0,0	-11,2	0,0	92,6	90,9	98,2	104,1	28,6
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras despesas correntes	25,4	2,5	0,0	-5,1	0,0	22,8	17,2	75,3	67,6	5,4
Despesa de capital	12,9	12,8	0,0	-2,2	0,0	23,5	13,9	59,0	107,4	4,4
Investimento	12,1	11,6	0,0	-0,8	0,0	22,8	13,1	57,8	109,1	4,1
Transferências de capital	0,8	0,8	0,0	-1,3	0,0	0,3	0,3	100,0	34,6	0,1
Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências de capital	0,8	0,8	0,0	-1,3	0,0	0,3	0,3	100,0	34,6	0,1
Outras despesas de capital	0,1	0,5	0,0	-0,1	0,0	0,5	0,5	96,2	536,4	0,1
Despesa efetiva consolidada	334,9	68,3	0,0	-41,9	0,0	361,3	317,5	87,9	94,8	100,0
Ativos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Passivos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Despesa total consolidada	334,9	68,3	0,0	-41,9	0,0	361,3	317,5	87,9	94,8	0,0

Fonte: Ministério das Finanças.
Nota: Dados provisórios.

- O orçamento corrigido consolidado, no valor de 361,3 milhões de euros, foi ainda afetado pelos seguintes fatores:
 - Cativos determinados pela Lei do Orçamento do Estado para 2012;
 - Cativação adicional em despesas com pessoal determinada pela deliberação do Conselho de Ministros n.º 390/2012, no valor global de 9,1 M€;
 - Descativação de 0,25 M€ para financiamento dos encargos com o Ano de Portugal no Brasil;
 - Descongelamento de 1,87 M€ no orçamento do Fundo para as Relações Internacionais para fazer face aos encargos com a amortização antecipada dos empréstimos de Washington e Paris;

- Descongelamento de 1,54 M€ no orçamento da Secretaria-Geral para financiamento da dívida relativa às despesas de representação do pessoal diplomático que exerceu cargos dirigentes entre 1999 e 2008.

5.2. RESULTADOS

- A execução consolidada a 31 de dezembro ascendeu a 317,5 milhões de euros, representando 88% do orçamento corrigido.
- O orçamento de funcionamento (incluindo despesas com compensação em receita) teve um nível de execução de 94,6%, o orçamento de investimento registou uma taxa de execução de 46% e o Fundo para as Relações Internacionais de 91,7%.
- Não obstante o aumento em 10% da execução do orçamento de contribuições e quotizações para organizações internacionais face a 2011, em termos globais e excluindo esta área de despesa, o orçamento de funcionamento do MNE registou um decréscimo de despesa de 21 % face ao ano anterior o que decorreu fundamentalmente das medidas de política com impacto na despesa que foram implementadas em 2012, nomeadamente:
 - Reestruturação da rede diplomática e consular, com impacto na redução da despesa com rendas dos serviços externos de 0,8 M€;
 - Redimensionamento do pessoal do quadro externo do MNE, que se traduziu num decréscimo de 8,3 M€ na despesa com abonos de representação e residência;
 - Reestruturação do Instituto Camões e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, com a criação do novo Camões, que determinou uma redução em 25 M€ na despesa com Cooperação e Língua;
 - Redução dos consumos intermédios, com impacto no decréscimo da despesa com o orçamento de funcionamento dos serviços externos em cerca de 1 M€ e na diminuição dos encargos com vigilância e segurança;
 - Redução em 6% do abono mensal de representação do pessoal diplomático, cujo impacto se traduziu no decréscimo em 2,3 M€ na despesa com abonos de representação;
 - Redução das despesas com pessoal decorrente da não substituição de pessoal que se aposentou no decurso do ano, no montante de 1,4 M€.
- Face a 2011 verifica-se um aumento de 40,7% na execução dos projetos de investimento, correspondente a um acréscimo de 2,5 M€, para o que concorreu a concretização da amortização antecipada dos empréstimos da Embaixada em Washington e do Consulado-Geral em Paris, que se traduziu numa execução de 7 M€.

6. Programa 006 – Defesa

- A entidade coordenadora do Programa, Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional, apresentou o relatório relativo aos resultados obtidos e recursos utilizados no ano de 2012.

6.1. RECURSOS

- No que respeita aos recursos financeiros, o programa orçamental apresenta uma despesa efetiva consolidada de 1.935,5 milhões de euros e representou 86,1% da dotação corrigida.
- No subsetor Estado verificou-se uma diminuição no funcionamento em sentido estrito (-120,6 M€), na Lei da Programação Militar (-59,8 M€), nas Forças Nacionais Destacadas (-27,2 M€) e dos encargos com a saúde dos militares (-5,6 M€). Em sentido contrário verificou-se o acréscimo de 8,4 M€ em pensões de reserva e de 2,4 M€ em investimentos do plano.
- Destacam-se ainda as despesas com compensação em receita com uma redução da ordem dos 72,5 milhões de euros, que se deve, fundamentalmente, ao nível da execução da Lei da Programação de Infraestruturas Militares.
- Do quadro infra, destaca-se que o Programa 006-Defesa registou um aumento relativo ao orçamento inicial, da ordem dos 26,6 M€, correspondendo a créditos especiais, oriundos essencialmente de receitas provenientes da recuperação de IVA, nos termos da lei vigente, no âmbito dos Serviços Integrados, e de receitas arrecadadas resultantes do fornecimento de equipamento ao Exército no subsetor SFA.

Quadro 7 - Despesas por Classificação Económica

Designação	Orçamento Inicial	Alterações orçamentais				Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Execução		
		Da competência do Governo			Retificativo			%		
		Créditos especiais	Provisional	Outras						
(1)	(2)			(3)=(1)+(2)	(4)	(6)=(4)/(3)	(7)=(4)/(1)	Estrutura		
Despesa corrente	1.980,0	14,8	0,0	-13,9	0,0	1.980,9	1.730,8	87,4	87,4	89,4
Despesas com o pessoal	1.210,1	-	-	31,2	-	1.241,3	1.210,2	97,5	100,0	62,5
Aquisição de bens e serviços correntes	450,8	14,8	-	95,5	-	561,0	450,0	80,2	99,8	23,3
Juros e outros encargos	1,4	-	-	0,1	-	1,5	1,4	93,3	100,0	0,1
Transferências correntes	87,9	0,0	0,0	-12,3	0,0	75,6	13,1	17,3	14,9	0,7
Administrações Públicas	76,8	0,0	0,0	-13,5	0,0	63,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Central	76,8	-	-	-13,5	-	63,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	0,0	-	-	-	-	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	0,0	-	-	-	-	0,0	0,0	-	-	-
Segurança Social	3,3	-	-	-	-	3,3	0,1	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	7,8	-	-	1,2	-	9,0	13,1	145,4	167,3	0,7
Subsídios	0,0	-	-	0,1	-	0,1	0,1	99,3	-	0,0
Outras despesas correntes	229,9	-	-	-128,5	-	101,4	55,9	55,2	24,3	2,9
Despesa de capital	241,6	11,8	0,0	13,4	0,0	266,8	204,7	76,7	84,7	10,6
Investimento	241,4	11,8	0,0	13,4	-	266,6	204,6	76,7	84,8	10,6
Transferências de capital	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	50,0	50,0	0,0
Administrações Públicas	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	50,0	50,0	0,0
Administração Central	0,2	-	-	-	-	0,2	0,1	50,0	50,0	0,0
Administração Regional	0,0	-	-	-	-	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	0,0	-	-	-	-	0,0	0,0	-	-	-
Segurança Social	0,0	-	-	-	-	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências de capital	0,0	-	-	-	-	0,0	0,0	-	-	-
Outras despesas de capital	0,0	-	-	-	-	0,0	0,0	-	-	-
Despesa efetiva consolidada	2.221,6	26,6	0,0	-0,5	0,0	2.247,7	1.935,5	86,1	87,1	100,0
Ativos financeiros	1,8	-	-	-	-	1,8	1,8	100,0	100,0	
Passivos financeiros	2,0	-	-	-	-	2,0	0,9	45,0	45,0	
Despesa total consolidada	2.225,4	26,6	0,0	-0,5	0,0	2.251,5	1.938,2	86,1	87,1	

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Os valores da execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos são provisórios.

- Houve ainda uma redução de 0,5 M€ que dizem respeito à transferência do CNPCE para a esfera do Programa 007-MAI.
- No ano de 2012 o MDN não recorreu à dotação provisional, tendo encontrado no âmbito da gestão flexível do Ministério os recursos necessários para fazer face aos encargos ocorridos nesse ano.

6.2. RESULTADOS

- Considera a entidade coordenadora, que os objetivos definidos para o ano de 2012 para a Defesa foram cumpridos, nomeadamente:
- Foi continuada a análise e o processo de reforma da nova estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas e mantido o esforço de empenhamento de forças militares nacionais no exterior, no âmbito das operações de manutenção de paz e dos sistemas de alianças de que Portugal faz parte.
- Foram dados passos importantes no processo da Reforma da Saúde Militar, nomeadamente, na implementação do Hospital das Forças Armadas-Pólo de Lisboa, no processo de reestruturação dos Estabelecimentos Fabris do Exército e dos Estabelecimentos Militares de Ensino.
- Foi concretizada uma redução significativa dos efetivos militares recrutados em regime de contrato ou de voluntariado.
- Tiveram desenvolvimento relevante os processos de integração no sistema militar de ensino e de organização da componente fixa do sistema de forças, o que favorecerá as sinergias entre Ramos, bem como uma economia de recursos.
- O quadro seguinte sintetiza alguns dos resultados obtidos:

Quadro 8 - Resultados obtidos

Objetivos	Indicadores				
	Designação	Unidade	Meta	Realização	Grau cumprimento
Execução orçamental	Grau de realização da receita RP	Milhões de €	0,413	0,319	77%
	Grau de realização da despesa RG	Milhões de €	1.813	1.708	94%
	Grau de realização da despesa RP	Milhões de €	0.240	0.115	48%
Reduzir as despesas com a Defesa	Poupança induzida pela redução de dirigentes	Milhões de €	0,947	0,588	62%
	Poupança induzida pela diminuição das despesas da LPM	Milhões de €	340,2	340,2	100%
	Poupanças obtidas com a centralização ^{a)}	Milhões de €	10	>10	Superado
Diminuir o valor dos pagamentos em atraso das entidades da Defesa	Percentagem de redução dos pagamentos em atraso	%	ND	1,27%	NA
Aumentar o número de processos de contratualização centralizados	Acréscimo de centralizações	Un	15	21	140%
Adesão plena à RAFE	N.º de novas entidades aderentes à RAFE	Un	2	2	100%

a) Conforme relatório da ESPAP relativo ao apuramento da poupança SNCP, de março de 2013.

7. Programa 007 – Segurança Interna

- A entidade coordenadora do Programa, Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, apresentou o relatório relativo aos resultados obtidos e recursos utilizados no ano de 2012.

7.1. RECURSOS

- No que respeita aos recursos financeiros, o programa orçamental apresenta uma despesa efetiva consolidada de 1.834 milhões de euros e representou 89,9% da dotação corrigida. Só a execução conjunta da PSP e GNR (1.439,2 milhões de euros) representam 78,5% da totalidade da despesa do MAI.
- Verifica-se que só os agrupamentos relativos a despesas com o pessoal (1.400,3 milhões de euros) e aquisição de bens e serviços (297,1 milhões de euros) absorvem a quase totalidade da despesa, atingindo estes dois agrupamentos uma taxa de execução de cerca de 92,6%. As despesas com o pessoal referente ao conjunto representado pela PSP e GNR atingem 1.333,4 milhões de euros.
- Relativamente aos recursos humanos afetos ao programa de Segurança Interna, cabe referir que no ano de 2012 verificou-se uma redução de 1.157 trabalhadores.
- As alterações orçamentais no âmbito da competência do Governo reforçaram o orçamento do Programa em cerca de 34 milhões de euros.

Quadro 9 - Despesas por Classificação Económica

Designação	Orçamento Inicial	Alterações orçamentais				Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Execução		
		Da competência do Governo			Retificativo			%		
		Créditos especiais	Provisional	Outras						
(1)	(2)			(3)=(1)+(2)	(4)	(6)=(4)/(3)	(7)=(4)/(1)	Estrutura		
Despesa corrente	1.926,5	22,6	0,0	0,0	0,0	1.949,1	1.795,9	92,1	93,2	97,9
Despesas com o pessoal	1.451,1	5,6	-	-2,5	-	1.454,2	1.400,3	96,3	96,5	76,4
Aquisição de bens e serviços correntes	336,6	7,6	-	3,1	-	347,4	297,1	85,5	88,3	16,2
Juros e outros encargos	0,0	0,0	-	0,4	-	0,4	0,4	91,7	988,6	0,0
Transferências correntes	84,7	7,4	0,0	7,0	0,0	99,1	93,8	94,6	110,8	5,1
Administrações Públicas	12,2	2,4	0,0	5,4	0,0	20,0	16,4	81,8	134,1	0,9
Administração Central	9,0	2,4	-	5,3	-	16,6	14,0	84,2	155,7	0,8
Administração Regional	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	3,2	0,0	-	0,2	-	3,4	2,3	70,0	73,2	0,1
Segurança Social	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências correntes	72,5	5,1	-	1,6	-	79,1	77,4	97,9	106,8	4,2
Subsídios	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-	-	-
Outras despesas correntes	54,1	2,0	-	-8,1	-	48,0	4,2	8,8	7,8	0,2
Despesa de capital	86,2	7,2	0,0	0,1	0,0	93,4	38,2	40,9	44,3	2,1
Investimento	71,3	7,2	-	8,4	-	86,9	36,3	41,8	50,9	2,0
Transferências de capital	14,9	0,0	0,0	-8,3	0,0	6,5	1,9	28,9	12,7	0,1
Administrações Públicas	14,5	0,0	-	-8,4	-	6,1	1,5	24,9	10,5	0,1
Administração Central	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-	-	-
Administração Regional	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	14,5	0,0	-	-8,4	-	6,1	1,5	24,9	10,5	0,1
Segurança Social	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências de capital	0,4	0,0	-	0,0	-	0,4	0,4	90,6	102,4	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-	-	-
Despesa efetiva consolidada	2.012,7	29,7	0,0	0,1	0,0	2.042,5	1.834,0	89,8	91,1	100,0
Ativos financeiros	7,9	3,5	-	0,8	-	12,1	11,7	96,4	147,6	
Passivos financeiros	0,0	0,0	-	-	14,0	14,0	14,0	100,0	560100,0	
Despesa total consolidada	2.020,6	33,2	0,0	0,8	14,0	2.068,6	1.859,7	89,9	92,0	

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Os valores da execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos são provisórios.

7.2. RESULTADOS

- Considera a entidade coordenadora, que os objetivos definidos para o ano de 2012 para a Segurança Interna foram cumpridos na totalidade:
 - Contenção da despesa dentro dos valores orçamentados, com a eliminação da prática de suborçamentação;
 - A centralização de competências em matéria orçamental e a consolidação das políticas relativas à contratação pública e às tecnologias de informação, consubstanciadas na reorganização orgânica dos organismos do MAI, nomeadamente, a fusão da Estrutura de Missão para a Gestão dos Fundos Comunitários (EMGFC) na Direção-Geral da Administração Interna e da Unidade de Tecnologias de Informação de Segurança (UTIS) na Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos;
 - Início dos trabalhos de reorganização das forças de segurança nas vertentes operacionais e logísticas;
 - Implementação da colaboração do MAI com as Câmaras Municipais para a remodelação e renovação das instalações das forças de segurança, com recurso aos programas regionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional;
 - Publicação de legislação em domínios de grande preocupação em matéria da segurança de pessoas e bens, nomeadamente, quanto à videovigilância, à prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos com valor comercial e à prevenção e combate à criminalidade itinerante;
 - Na segurança interna verificou-se, em 2012, que a criminalidade, tanto a violenta e grave, como a geral, diminuiu nas áreas de Lisboa e Porto, segundo o relatório anual de segurança interna;
 - Na proteção civil verificou-se um reforço do sistema de prevenção e combate ao risco, nomeadamente, dos meios aéreos e estes passaram a ser partilhados com o serviço de emergência médica (112);
 - Na segurança rodoviária verificou-se uma diminuição dos acidentes e das suas consequências em termos de mortes, feridos graves e feridos ligeiros tendo-se registado 380 vítimas mortais (-109 / -15,8% do que em 2011), 2.033 feridos graves (-403 / -16,5% do que em 2011) e 35.727 feridos ligeiros (-3.999 / -10,1% do que no ano anterior); e
 - Na interoperabilidade entre sectores foi criada a nova Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC), que é um sistema de partilha de informação e conhecimento no âmbito da segurança interna, servindo a Polícia Judiciária, PSP, GNR, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e Polícia Marítima.

8. Programa 008 – Justiça

- O Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., entidade coordenadora do Programa Justiça, apresentou o relatório exigido, destacando-se os seguintes aspetos:

8.1. RECURSOS

- No ano de 2012, a despesa consolidada do Programa Justiça ascendeu a 1.464,5 milhões de euros o que representa uma taxa de execução de 86,9% face ao orçamento corrigido.

Quadro 10 - Despesas por Classificação Económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento Inicial	Alterações orçamentais				Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Execução					
		Da competência do Governo			Retificativo				%				
		Créditos especiais	Provisional	Outras					(3)=(1)+(2)	(4)	(6)=(4)/(3)		Estrutura
											(7)=(4)/(1)		
(1)	(2)			(3)=(1)+(2)	(4)	(6)=(4)/(3)	(7)=(4)/(1)	Estrutura					
Despesa corrente	1.300,8	21,1	0,0	32,1	0,0	1.354,0	1.206,1	89,1	92,7	94,7			
Despesas com o pessoal	931,8	10,1	0,0	7,0	0,0	948,9	895,8	94,4	96,1	70,4			
Aquisição de bens e serviços correntes	305,7	11,0	0,0	26,7	0,0	343,4	276,1	80,4	90,3	21,7			
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,6	0,0			
Transferências correntes	18,9	0,0	0,0	-2,3	0,0	16,6	29,9	180,6	158,2	2,3			
Administrações Públicas	18,9	0,0	0,0	0,8	0,0	19,7	7,0	35,2	36,8	0,5			
Administração Central	18,9	0,0	0,0	0,8	0,0	19,7	7,0	35,2	36,8	0,5			
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-			
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-			
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-			
Outras transferências correntes	0,0	0,0	0,0	-3,2	0,0	-3,2	22,9	-721,1	-	1,8			
Subsídios	0,6	0,0	0,0	-0,5	0,0	0,1	0,0	50,6	6,3	0,0			
Outras despesas correntes	43,8	0,0	0,0	1,2	0,0	45,0	4,3	9,6	9,9	0,3			
Despesa de capital	111,3	0,0	0,0	-0,8	0,0	110,5	67,0	60,7	60,2	5,3			
Investimento	111,3	0,0	0,0	-0,8	0,0	110,5	67,0	60,6	60,2	5,3			
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,8	-	0,0			
Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-			
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	95,9	95,9	0,0			
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-			
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-			
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-			
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,8	-	0,0			
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-			
Despesa efetiva consolidada	1.412,1	21,1	0,0	31,3	0,0	1.464,5	1.273,1	86,9	90,2	100,0			
Ativos financeiros													
Passivos financeiros													
Despesa total consolidada	1.412,1	21,1	0,0	31,3	0,0	1.464,5	1.273,1	86,9	90,2	100,0			

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: dados da execução orçamental provisórios.

- Quanto aos Pagamentos em Atraso, o programa iniciou o ano com um montante de 43,8 milhões de euros que foi sistematicamente reduzido, tendo-se cifrado em 7,3 milhões de euros no final do ano.
- Quanto aos recursos humanos do Ministério da Justiça, em 2012 foram criadas as condições para o efetivo recrutamento de novos funcionários para alguns sectores mais carenciados: 240 guardas prisionais para os estabelecimentos prisionais, e 80 inspetores para a PJ. Passaram à reforma 858 pessoas dos quadros do Ministério da Justiça.

8.2. RESULTADOS

- Em 2012, foram concluídas todas as medidas legislativas na área da justiça que dependiam do Governo, identificadas no Memorandum de Entendimento, designadamente: a reorganização do Sistema Judiciário, o novo Código do Processo Civil, a reforma do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, a definição do Regime Jurídico da Mediação, a revisão do Regime Jurídico dos Julgados de Paz, as alterações ao Regulamento das Custas Processuais, a instituição dos Tribunais da Propriedade Intelectual e da Concorrência,

Regulação e Supervisão, a Reforma Penal e Processual Penal, a revisão do Regime Jurídico do Inventário, a revisão do Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, entre outras.

- No que respeita a política de investimentos do Ministério da Justiça e com vista à dignificação das instalações judiciais, melhoria das condições de trabalho de todos os operadores e das condições de acesso ao direito dos cidadãos, durante 2012 foram concluídas 24 empreitadas de requalificação de tribunais, destacando-se a remodelação do Tribunal do Montijo, a recuperação do Palácio Marquês da Praia e Monforte e Ponta Delgada, a remodelação do Palácio de Justiça de Évora, e a remodelação do Tribunal Judicial de Povoação (Açores).
- No que respeita aos estabelecimentos prisionais, o crescente aumento das respetivas taxas de ocupação tem sido uma das grandes preocupações do Ministério da Justiça, pelo que foi implementado um plano de ampliação da capacidade de alojamento dos estabelecimentos prisionais com vista a criação de 1.098 lugares até 2014, com um investimento de 30,8 M€. Em 2012, foram criados 53 lugares.
- Ainda em 2012 e com vista a reforçar a utilização dos meios de vigilância eletrónica, foi aprovada por Resolução de Conselho de Ministros a contratação destes serviços, para o triénio 2013-2015, no valor de 8,4 M€.
- Relativamente aos centros educativos, foram desenvolvidos projetos para a ampliação da capacidade de alojamento. Em 2012 foram criados 12 novos lugares.
- Durante o ano de 2012, prosseguiu a construção da nova sede da Polícia Judiciária em Lisboa, e foi iniciada a construção da sede do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses em Coimbra, entre outras obras.
- Relativamente ao compromisso de revisão da política de ocupação de espaços do Ministério da Justiça, no sentido de minimização dos custos, o Ministério da Justiça desde 2011 e ao longo de 2012 alcançou poupanças anuais de 7,5 M€ com a rescisão de 85 contratos de arrendamento, e a renegociação de 124 contratos. Destaca-se o acordo alcançado em 2012 quanto ao contrato de arrendamento do Campus de Justiça de Lisboa, cuja redução anual é de 1,2 M€.
- Em 2012 foram renegociadas as empreitadas de construção dos Estabelecimentos Prisionais de Angra do Heroísmo e de Alcoentre, bem como da nova sede da Polícia Judiciária, o que permitiu reduzir o custo em 21 M€.
- No que concerne à revisão da política de gestão do parque automóvel do Ministério da Justiça, foi objetivo do Ministério da Justiça dotar os serviços das condições necessárias para a execução normal das funções organicamente atribuídas. Em 2012 decorreu o procedimento de aquisição de 41 viaturas celulares, cujo investimento é de 1,3 M€.

9. Programa 009 – Economia e Emprego

- A entidade coordenadora do Programa, Secretaria - geral do Ministério da Economia e do Emprego, apresentou o relatório relativo aos resultados obtidos e recursos utilizados no ano de 2012, de onde ressaltam os seguintes aspetos:

9.1. RECURSOS

- O orçamento inicial consolidado do MEE de 6.096,8 M€ foi reduzido em 123,0 M€ por força da cativação.
- No entanto, fruto da integração e aplicação de saldos de gerência e de créditos especiais, a dotação disponível do Ministério passou a 6.444,1 M€.
- Para este reforço contribuiu ainda o recurso à dotação provisional, para pagamento referente aos encargos da participação de Portugal no programa de desenvolvimento de aeronave militar de transporte de multiusos KC-390 através do IAPMEI (18,2 M€) e para pagamento referente à convergência tarifária com a Região Autónoma dos Açores através da SG-ex-MEID (7,7 M€).
- No que respeita à informação prevista no n.º 3 do artigo 51.º da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro), relacionada com as alterações orçamentais da competência do Governo, apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro 11 - Despesas por Classificação Económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento Inicial	Alterações orçamentais				Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Execução		
		Da competência do Governo			Retificativo			%		
		Créditos especiais	Provisional	Outras						
(1)	(2)				(3)=(1)+(2)	(4)	(6)=(4)/(3)	(7)=(4)/(1)	Estrutura	
Despesa corrente	2.924,7	125,5	7,7	53,6	0,0	3.111,5	2.486,2	79,9	85,0	70,1
Despesas com o pessoal	580,7	2,3	0,0	9,9	0,0	592,8	500,9	84,5	86,3	14,1
Aquisição de bens e serviços correntes	727,4	37,5	0,0	-7,6	0,0	757,3	552,9	73,0	76,0	15,6
Juros e outros encargos	744,8	0,3	0,0	24,3	0,0	769,3	694,2	90,2	93,2	19,6
Transferências correntes	150,2	77,7	7,7	-0,4	0,0	235,1	203,7	86,6	135,7	5,7
Administrações Públicas	69,5	63,8	7,7	2,0	0,0	143,0	129,2	90,3	185,8	3,6
Administração Central	43,3	7,4	0,0	3,2	0,0	53,8	43,2	80,2	99,8	1,2
Administração Regional	0,1	0,0	7,7	0,0	0,0	7,8	7,7	99,6	9.699,3	0,2
Administração Local	26,1	0,2	0,0	-1,2	0,0	25,1	22,0	87,6	84,1	0,6
Segurança Social	0,0	56,3	0,0	0,0	0,0	56,3	56,3	100,0	-	1,6
Outras transferências correntes	80,7	13,9	0,0	-2,4	0,0	92,1	74,6	80,9	92,4	2,1
Subsídios	473,3	0,4	0,0	10,3	0,0	484,1	297,3	61,4	62,8	8,4
Outras despesas correntes	248,4	7,4	0,0	17,1	0,0	272,9	237,2	86,9	95,5	6,7
Despesa de capital	1.306,9	49,9	0,0	-95,8	0,0	1.261,0	1.058,8	84,0	81,0	29,9
Investimento	1.192,4	14,4	0,0	-98,0	0,0	1.108,7	974,5	87,9	81,7	27,5
Transferências de capital	108,3	27,6	0,0	15,6	0,0	151,5	84,3	55,6	77,8	2,4
Administrações Públicas	35,6	13,0	0,0	0,8	0,0	49,4	38,1	77,1	107,0	1,1
Administração Central	14,8	9,0	0,0	3,1	0,0	26,9	22,7	84,6	153,3	0,6
Administração Regional	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1	22,2	22,2	0,0
Administração Local	20,5	4,0	0,0	-2,3	0,0	22,2	15,3	68,9	74,7	0,4
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências de capital	72,7	14,6	0,0	14,8	0,0	102,1	46,2	45,2	63,5	1,3
Outras despesas de capital	6,2	8,0	0,0	-13,4	0,0	0,8	0,0	0,5	0,1	0,0
Despesa efetiva consolidada	4.231,6	175,4	7,7	-42,2	0,0	4.372,5	3.545,0	81,1	83,8	100,0
Ativos financeiros	420,1	137,8	18,2	0,0	0,0	576,1	413,6			
Passivos financeiros	1.445,1	22,7	0,0	-96,6	247,4	1.618,6	1.473,8			
Despesa total consolidada	6.096,8	335,9	25,8	-138,8	247,4	6.567,1	5.432,4	82,7	89,1	0,0

Fonte: Ministério das Finanças.
Nota: Dados provisórios.

9.2. RESULTADOS

- O Programa Orçamental Poog – Economia e Emprego teve no ano de 2012 uma execução consolidada de 5.432,4 M€.
- As Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) são as entidades mais representativas na despesa do Ministério, com um peso de 69,7%, seguindo-se dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) com 26,6% e os Serviços Integrados (SI) com somente 3,7%.
- Os SI do MEE efetuaram pagamentos no valor global de 207,1 M€, com uma taxa de execução de 86,1%, com destaque, no funcionamento (pagamentos de 145,0 M€; taxa de execução de 91,3%), para a Autoridade para as Condições de Trabalho, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e a Secretaria - geral do Ministério da Economia e do Emprego.
- No investimento (pagamentos de 62,1 M€; taxa de execução de 76,0%) salienta-se o Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais, organismo responsável pela gestão das verbas e dos projetos de investimento de empresas sob a tutela do ex-MOPTC.
- Os pagamentos dos SFA do MEE ascenderam a 1.487,7 M€, executando 71,7% do orçamento global disponível. No orçamento de funcionamento os pagamentos ascenderam a 1.167,6 M€ e no de investimento a 320,1 M€, com uma taxa de execução de 70,3% e 77,2%, respetivamente.
- O Instituto do Emprego e da Formação Profissional sobressai como o organismo com maior despesa de funcionamento com 628,2 M€, sendo de referir o Turismo de Portugal com uma despesa de 226,7 M€.
- Quanto ao orçamento de investimento destaca-se o IAPMEI com 285,3 M€, representando 89,1% da despesa global do investimento do MEE.
- Em relação às EPR, a despesa no ano de 2012 corresponde a 3.900,9 M€, que representa uma taxa de execução de 90,8%, sendo 2.563,1 M€ de funcionamento e 1.337,7 M€ de investimento, com uma taxa de execução de respetivamente de 87,2% e 98,7%.
- As EPR são os organismos que recorrem ao endividamento, com 2.561,5 M€, a que corresponde 65,7% da execução total destes organismos.
- O despacho de 12/09/2012 do Sr. MEF contribuiu para uma redução da despesa, com a obrigatoriedade de ser obtida autorização prévia daquele membro do Governo para a assunção de novos compromissos em algumas rubricas do orçamento de funcionamento e em todas as rubricas do Capítulo 50 – Investimento, com exceção das financiadas pelos fundos europeus.

10. Programa 010 – Agricultura e Ambiente

- O Programa Orçamental Po10 corresponde ao Orçamento de Estado para 2012 do MAMAOT. Integrou, na sua fase inicial, todos os serviços e estruturas dos Ministérios extintos MADRP e MAOT. O MAMAOT, no decurso do ano, foi objeto da reestruturação no âmbito do PREMAC, de onde resultou a criação dos atuais serviços, por fusão/reestruturação, com uma diminuição do número de entidades, processo só concluído no último trimestre do ano.

O Gabinete de Planeamento e Políticas, entidade coordenadora do Programa Agricultura e Ambiente, apresentou o relatório exigido, destacando-se os seguintes aspetos, considerando valores não consolidados:

10.1. RECURSOS

- O orçamento global do MAMAOT atingiu 1.982,2 M€, um acréscimo de 120,2 M€ face ao orçamento inicial, resultante, nomeadamente, dos seguintes reforços:
 - 25 M€ proveniente da dotação provisional, dos quais 20 M€ destinada ao pagamento de ajudas aos produtores do setor pecuário e 5 M€ para reforço do projeto "Eletricidade Verde";
 - integração e aplicação de saldos de vários serviços;
 - inclusão de serviços de outros ministérios no IPMA, por via do processo PREMAC;
 - acréscimo de 53,3 M€ de verbas comunitárias.

No quadro seguinte consta a síntese do orçamento de despesa do MAMAOT:

Quadro 12 - Orçamento – Agricultura e Ambiente

SERVIÇO	OE FUNCIONAMENTO			OE INVESTIMENTO			TOTAL FUNCIONAMENTO E INVESTIMENTO		
	OE INICIAL	DOT. DISPONÍVEL	EXECUÇÃO	OE INICIAL	DOT. DISPONÍVEL	EXECUÇÃO	OE INICIAL	DOT. DISPONÍVEL	EXECUÇÃO
SI	288.190.115	244.121.222	199.057.945	46.335.141	31.342.907	16.787.110	334.525.256	275.464.129	215.845.055
SFA	581.612.759	657.158.940	470.495.866	808.944.348	911.997.601	775.526.394	1.390.557.107	1.569.156.541	1.246.022.260
EPR	179.113	179.113	-	136.728.614	137.388.614	10.756.676	136.907.727	137.567.727	10.756.676
SFA E EPR	581.791.872	657.338.053	470.495.866	945.672.962	1.049.386.215	786.283.070	1.527.464.834	1.706.724.268	1.256.778.936
TOTAL	869.981.987	901.459.275	669.553.811	992.008.103	1.080.729.122	803.070.180	1.861.990.090	1.982.188.397	1.472.623.991

Fonte: SCC (valores definitivos - mês 13) e SIGO (valores provisórios).

Notas:

Nos SFA foram excluídos os agrupamentos 09 - Ativos financeiros, 10 - Passivos financeiros e 12 - Operações extraorçamentais.

Inclui as dotações inscritas nas fontes de financiamento de Transferências de RG (119 e 319) e RP (129 e 540).

- A execução global do Orçamento do MAMAOT em despesa pública atingiu 1.472,6 M€ (excluindo ativos e passivos financeiros e as dotações extraorçamentais), cabendo ao FN 669,4 M€ e ao FC 803,3 M€.

No MAMAOT o serviço com maior representatividade em termos orçamentais é o IFAP, com 70,3%. Esta situação resulta do facto do IFAP ser a entidade que inscreve os programas cofinanciados PRODOR (89,6% da despesa pública Investimento executada pelo IFAP).

- O quadro seguinte apresenta a evolução ao longo do ano do orçamento do programa, bem como a respetiva execução (dados apurados pela Direção-Geral do Orçamento consolidados):

Quadro 13 - Despesas por Classificação Económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento Inicial (1)	Alterações orçamentais				Orçamento Corrigido (3)=(1)+(2)	Execução Orçamental (4)	Execução		
		Da competência do Governo			Retificativo			%		
		Créditos especiais	Provisional	Outras				(6)=(4)/(3)	(7)=(4)/(1)	Estrutura
Despesa corrente	1.072,1	76,6	25,0	72,5	3,7	1.249,9	1.003,3	80,3	93,6	69,8
Despesas com o pessoal	280,1	4,1	0,0	0,6	0,0	284,8	255,8	89,8	91,3	17,8
Aquisição de bens e serviços correntes	222,0	17,8	0,0	-3,4	0,0	236,3	116,6	49,3	52,5	8,1
Juros e outros encargos	12,1	0,7	0,0	5,4	3,6	21,7	17,8	81,7	147,2	1,2
Transferências correntes	404,0	45,2	5,1	68,2	0,0	522,4	448,1	85,8	110,9	31,2
Administrações Públicas	10,5	11,1	0,1	-1,0	0,0	20,6	12,3	59,5	117,1	0,9
Administração Central	0,3	5,5	0,1	-2,9	0,0	3,0	2,9	97,7	1.000,1	0,2
Administração Regional	2,2	0,0	0,0	0,1	0,0	2,3	0,4	17,0	17,7	0,0
Administração Local	8,0	5,6	0,0	1,8	0,0	15,4	9,0	58,4	112,7	0,6
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências correntes	393,5	34,1	5,0	69,2	0,0	501,8	435,8	86,8	110,7	30,3
Subsídios	132,5	7,9	19,9	1,4	0,0	161,8	157,3	97,2	118,7	10,9
Outras despesas correntes	21,4	1,0	0,0	0,5	0,0	22,8	7,8	34,2	36,5	0,5
Despesa de capital	756,5	54,3	0,0	-78,2	1,2	733,8	434,0	59,1	57,4	30,2
Investimento	237,3	16,8	0,0	-3,1	0,0	251,1	54,4	21,7	22,9	3,8
Transferências de capital	515,7	37,5	0,0	-75,1	1,2	479,2	379,6	79,2	73,6	26,4
Administrações Públicas	28,8	3,9	0,0	0,7	0,1	33,5	3,4	10,1	11,8	0,2
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,6	0,6	93,3	0,0	0,0
Administração Regional	6,1	0,0	0,0	0,0	0,0	6,1	0,0	0,1	0,1	0,0
Administração Local	22,6	3,9	0,0	0,1	0,1	26,8	7,0	26,0	30,7	0,5
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências de capital	486,9	33,6	0,0	-75,9	1,1	445,7	376,2	84,4	77,3	26,2
Outras despesas de capital	3,5	0,0	0,0	0,0	0,0	3,5	0,0	0,1	0,1	0,0
Despesa efetiva consolidada	1.828,6	130,9	25,0	-5,7	4,9	1.983,7	1.437,3	72,5	78,6	100,0
Ativos financeiros	140,5	0,0	0,0	0,0	2,8	143,2	20,5	14,3	14,6	-
Passivos financeiros	12,1	0,0	0,0	0,0	19,3	31,4	30,7	97,6	253,6	-
Despesa total consolidada	1.981,2	130,9	25,0	-5,7	27,0	2.158,4	1.488,5	69,0	75,1	-

Fonte: Ministério das Finanças.
Nota: Dados provisórios.

10.2. RESULTADOS

- Considera a entidade coordenadora, que o MAMAOT assumiu como eixos fundamentais de atuação:

- a promoção de uma visão integrada do território e dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável tendo em vista o aumento do potencial produtivo agrícola, a dinamização do mundo rural, a valorização do potencial do mar, em harmonia com a proteção e valorização do meio ambiente;

- os objetivos de política centraram-se no aumento da competitividade e sustentabilidade dos setores agro-florestal, do mar e das pescas, a melhoria do desempenho ambiental e a eficácia do ordenamento do território.

A execução orçamental esteve condicionada pelos seguintes fatores:

- cativações da Lei do OE e cativação adicional com impacto nas despesas com pessoal;

- pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;

- pelo despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, de 12/9/2012, que restringiu a assunção de novos compromissos nalgumas rubricas da componente de Funcionamento do orçamento e em todas as rubricas da componente de investimento, a partir daquela data.

11. Programa 011 – Saúde

- A entidade coordenadora do programa, Administração Central do Sistema de Saúde, IP, apresentou o relatório relativo aos recursos utilizados e resultados obtidos em 2012, destacando-se os seguintes aspetos mais importantes:

11.1. RECURSOS

- A Lei n.º 64-B/2011 de 30 dezembro aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2012, atribuindo ao programa da saúde a verba de 7.585 M€. Comparando com o ano de 2011 (verba para funcionamento) a redução da dotação do programa foi de aproximadamente 580 M€ (-7,1%).

Com a publicação da Lei 20/2012, de 14 maio, e da Lei 64/2012, de 20 dezembro, 1.ª e 2.ª retificação ao Orçamento de Estado, a dotação para o programa saúde foi reforçada em 1.932 M€, no âmbito do programa de regularização de dívidas (PRD). Foi, igualmente, realizado o reforço da dotação regular necessária ao equilíbrio do orçamento do SNS em 200 milhões de euros.

No final do ano, o programa recebeu mais um reforço da dotação regular no valor de 65 M€ (por recurso à dotação provisional) - verba prevista na conta provisional do SNS apresentada à Assembleia da República.

Apuramento da Execução Orçamental

A receita apurada na execução do ano de 2012 (valores do mês 12 – SIGO não consolidados) para os SFA pertencentes ao perímetro SNS (exclui INFARMED, INEM, ERS e SPMS) totaliza 10.601 M€.

Cerca de 95% da receita do programa é proveniente do OE (Administração Central).

Destaca-se também na receita a cobrança de taxas moderadoras (87 M€) e as vendas de bens e serviços correntes (174 M€).

Os recursos disponíveis do SNS foram aplicados na sua maioria na rubrica económica 02 - Aquisição de bens e serviços, que representa 86% da despesa. Esta rubrica engloba, como principais pagamentos, os encargos do SNS com os medicamentos de ambulatório (farmácias), a despesa com as convenções de meios de diagnóstico e terapêutica, a despesa com a rede de cuidados continuados, o transporte de doentes, os contratos com os hospitais de parceria público-privado e os pagamentos dos contratos com os hospitais e unidades locais de saúde EPE.

Os pagamentos de aquisições de serviços acima referidos incluem pagamentos de adiantamentos dos contratos programa com os EPE, relativos a dívidas anteriores a 31 de dezembro de 2012 no valor de 1.221 M€, no âmbito do Programa de Regularização de Dívidas.

Destaque ainda para o pagamento da despesa com pessoal no montante de 911,3 M€ (representa 9% do total dos pagamentos).

O quadro seguinte apresenta a evolução ao longo do ano do orçamento do programa, bem como a respetiva execução (dados apurados pela Direção-Geral do Orçamento):

Quadro 14 - Despesas por Classificação Económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento Inicial	Alterações orçamentais				Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Execução		
		Da competência do Governo			Retificativo			%		
		Créditos especiais	Provisional	Outras						
								(1)	(2)	
Despesa corrente	7.839,3	80,8	65,0	7,9	2.132,0	10.125,0	9.620,5	95,0	122,7	99,0
Despesas com o pessoal	1.012,0	15,1	-	-22,2	-	1.004,9	911,3	90,7	90,0	9,4
Aquisição de bens e serviços correntes	6.666,8	38,7	65,0	129,5	2.132,0	9.032,0	8.655,4	95,8	129,8	89,1
Juros e outros encargos	1,0	7,5	-	-2,9	-	5,6	6,5	116,9	654,6	0,1
Transferências correntes	58,5	8,6	0,0	-1,5	0,0	65,6	40,9	62,3	69,9	0,4
<i>Administrações Públicas</i>	4,2	0,0	0,0	0,3	0,0	4,2	1,3	31,2	31,2	0,0
<i>Administração Central</i>	1,0	-	-	0,3	-	1,0	0,3	32,9	32,9	0,0
<i>Administração Regional</i>	-	-	-	0,0	-	0,0	0,0	-	-	0,0
<i>Administração Local</i>	1,0	-	-	0,0	-	1,0	0,9	94,8	94,8	0,0
<i>Segurança Social</i>	2,2	-	-	0,0	-	2,2	0,0	0,0	0,0	-
<i>Outras transferências correntes</i>	54,3	8,6	-	-1,5	-	61,4	39,6	64,4	72,9	0,4
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	101,0	10,9	-	-95,0	-	16,9	6,4	37,7	6,3	0,1
Despesa de capital	120,8	23,0	0,0	-8,2	0,0	135,6	96,1	70,9	79,6	1,0
Investimento	113,3	20,9	-	-19,6	-	114,6	77,6	67,7	68,5	0,8
Transferências de capital	7,5	2,1	-	11,4	0,0	21,0	18,5	88,2	247,1	0,2
<i>Administrações Públicas</i>	5,5	0,1	-	4,8	0,0	10,4	5,5	53,0	100,2	0,1
<i>Administração Central</i>	0,0	-	-	4,7	-	4,7	4,7	100,1	-	0,0
<i>Administração Regional</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Administração Local</i>	5,5	0,1	-	0,1	-	5,7	0,8	14,1	14,7	0,0
<i>Segurança Social</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Outras transferências de capital</i>	2,0	2,0	-	6,6	-	10,6	13,0	122,8	651,0	0,1
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa efetiva consolidada	7.960,1	103,8	65,0	-0,3	2.132,0	10.260,6	9.716,6	94,7	122,1	100,0
Ativos financeiros										
Passivos financeiros										
Despesa total consolidada	7.960,1	103,8	65,0	-0,3	2.132,0	10.260,6	9.716,6	94,7	122,1	

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Dados provisórios.

11.2. RESULTADOS

- A tabela inicial de medidas de política prevista no OE para o programa saúde é muito detalhada para permitir o controlo da respetiva implementação legislativa. Os valores apresentados são estimados e não relacionáveis diretamente com os resultados da execução orçamental.

Assim, para efeitos do acompanhamento do impacto das medidas, procedeu-se à sua agregação, relacionando os objetivos com os resultados da contabilidade patrimonial das entidades.

Os impactos previstos para a consolidação orçamental tiveram em conta a peculiaridade do Ministério da Saúde, que integra entidades do SPA e do SEE. Assim, os impactos refletem o volume global de despesa estimado para cada ano, e não apenas o nível de despesa previsto no OE. O impacto é face ao ano anterior.

As entidades do SNS estão a proceder ao encerramento de contas do ano de 2012 pelo que a informação do mês de dezembro é provisória.

O objetivo global de redução de despesa para o ano de 2012 (face ao ano anterior) definido para o programa da saúde foi de 806 M€.

Este esforço de redução de despesa foi repartido para as entidades do SNS pertencentes ao Setor Público Administrativo (SPA), no montante de 408 M€, e para as entidades do SNS pertencentes ao Setor Empresarial do Estado (SEE), no montante de 398 M€.



De acordo com a informação de dezembro (provisória) a redução de despesa das medidas do Programa Saúde é de 721 M€. Este valor representa uma execução que comparada com o objetivo inicial é de 89% (objetivo inicial de 806 M€).

Este desvio deve-se essencialmente à redução de encargos com medicamentos em ambulatório e produtos farmacêuticos em meio hospitalar, que registaram um grau de execução muito abaixo do esperado:

Medicamentos de ambulatório (objetivo / executado): -224 M€ / -158 M.€

Produtos Farmacêuticos EPE (objetivo / executado): -130 M€ / -58 M.€

Sobre a despesa com medicamentos, o MS estabeleceu um acordo com a APIFARMA para a redução da despesa com medicamentos em 300 M€, cuja avaliação se encontra a decorrer.

Salienta-se a redução da despesa com pessoal em 168 M€ (-17%), refletindo as medidas contidas na LOE (suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal) e outras medidas específicas do SNS, nomeadamente a redução de horas extraordinárias.

No que respeita às taxas moderadoras (dados ainda muito provisórios) verifica-se um acréscimo significativo da cobrança + 79 M€ (+99%) em relação ao ano anterior.

12. Programa 012 – Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar

- A entidade coordenadora do Programa, Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência (MEC), apresentou o relatório relativo aos resultados obtidos e recurso utilizados no ano de 2012, de onde ressaltam os seguintes aspetos:

12.1. RECURSOS

- No que respeita aos recursos financeiros, o programa orçamental apresentou em 2012 uma dotação orçamental utilizável de 6.383,1 M€, dos quais 89,6% afetos a despesas correntes e 10,4% a despesas de capital.
- Ao nível das despesas correntes, verificou-se que o agrupamento das despesas com pessoal é o mais representativo com um peso de 72,8%.
- O quadro seguinte apresenta a evolução ao longo do ano do orçamento do programa, bem como a respetiva execução (dados consolidados apurados pela Direção-Geral do Orçamento):

Quadro 15 - Despesas por Classificação Económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento Inicial	Alterações orçamentais				Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Execução		
		Da competência do Governo			Retificativo			%		
		Créditos especiais	Provisional	Outras						
(1)	(2)				(3)=(1)+(2)	(4)	(6)=(4)/(3)	(7)=(4)/(1)	Estrutura	
Despesa corrente	5.579,0	143,3	0,0	-81,7	0,0	5.640,7	5.531,4	98,1	99,1	91,4
Despesas com o pessoal	3.956,9	0,3	0,0	146,5	0,0	4.103,6	4.096,3	99,8	103,5	67,7
Aquisição de bens e serviços correntes	140,0	9,9	0,0	-2,5	0,0	147,4	105,7	71,7	75,5	1,7
Juros e outros encargos	45,6	0,0	0,0	-13,0	0,0	32,5	32,5	99,8	71,3	0,5
Transferências correntes	923,1	26,1	0,0	-73,7	0,0	875,5	871,4	99,5	94,4	14,4
Administrações Públicas	560,9	25,3	0,0	-61,6	0,0	524,5	523,6	99,8	93,3	8,6
Administração Central	0,9	0,0	0,0	0,1	0,0	1,0	0,9	97,5	105,8	0,0
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	370,8	25,3	0,0	-30,8	0,0	365,3	364,3	99,7	98,2	6,0
Segurança Social	189,2	0,0	0,0	-30,9	0,0	158,3	158,3	100,0	83,7	2,6
Outras transferências correntes	362,2	0,8	0,0	-12,0	0,0	351,0	347,8	99,1	96,0	5,7
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras despesas correntes	513,5	107,0	0,0	-138,9	0,0	481,6	425,5	88,3	82,9	7,0
Despesa de capital	544,4	3,1	0,0	104,9	0,0	652,4	522,9	80,1	96,0	8,6
Investimento	500,1	0,1	0,0	69,9	0,0	570,1	473,9	83,1	94,8	7,8
Transferências de capital	33,6	3,1	0,0	-8,1	0,0	28,6	14,2	49,7	42,3	0,2
Administrações Públicas	30,9	3,1	0,0	-6,8	0,0	27,1	13,2	48,8	42,9	0,2
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	30,9	3,1	0,0	-6,8	0,0	27,1	13,2	48,8	42,9	0,2
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências de capital	2,8	0,0	0,0	-1,2	0,0	1,5	1,0	63,9	35,6	0,0
Outras despesas de capital	10,7	0,0	0,0	43,0	0,0	53,7	34,7	64,7	325,0	0,6
Despesa efetiva consolidada	6.123,5	146,4	0,0	23,2	0,0	6.293,1	6.054,2	96,2	98,9	100,0
Ativos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Passivos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	90,0	90,0	90,0	100,0	-	-
Despesa total consolidada	6.123,5	146,4	0,0	23,2	90,0	6.383,1	6.144,2	96,3	100,3	-

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Dados Provisórios

- Relativamente aos recursos humanos, verificou-se uma redução do número do pessoal dos Serviços Integrados e pessoal docente e não docente dos Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário que influenciou significativamente os resultados obtidos.

12.2. RESULTADOS

- No que respeita aos resultados obtidos, constatou-se que a taxa de execução se situou em 96,2%, sendo 91,4% relativo a despesas correntes e 8,6% relativo a despesas de capital.
- Relativamente às despesas correntes, verificou-se que o agrupamento das despesas com pessoal é o mais representativo com um peso de 74,1%.
- Comparando a execução orçamental de 2012 com a de 2011, verificou-se um decréscimo de pagamentos na ordem dos 459,1 M€. Esta variação decorreu essencialmente da redução de encargos em despesas com pessoal, que resulta da diminuição do número de pessoal e da suspensão do pagamento do subsídio de férias e de natal, conforme disposto no art.º 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, cuja redução ascendeu a 960,5 M€. De salientar que em 2011, o universo de serviços não incluía a EPR – Parque Escolar, EPE.
- Relativamente à despesa de investimento, verificou-se que as áreas de intervenção de maior relevo foram o Plano Tecnológico da Educação com um peso de 13,2% da despesa total (concretizando-se através do fornecimento e instalação de redes locais, sistemas de alarme e videovigilância nas escolas e da conclusão do projeto E.escolinha) e a Modernização de Escolas com Ensino Secundário com um peso de 83,8%, sendo a Parque Escolar, EPE, a entidade responsável pela sua execução.

13. Programa 013 – Ciência e Ensino Superior

- A entidade coordenadora do Programa, Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência (MEC), apresentou o relatório relativo aos resultados obtidos e recursos utilizados no ano de 2012, de onde resultam os seguintes aspetos:

13.1. RECURSOS

- O relatório centra-se nos recursos financeiros, disponibilizados no montante de 2.294,1 M€, dos quais 86,3% afetos a despesas correntes e 13,7% a despesas de capital.
- O quadro seguinte apresenta a evolução ao longo do ano do orçamento do programa, bem como a respetiva execução (dados consolidados apurados pela Direção-Geral do Orçamento):

Quadro 16 - Despesas por Classificação Económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento Inicial	Alterações orçamentais				Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Execução		
		Da competência do Governo			Retificativo			%		
		Créditos especiais	Provisional	Outras				(6)=(4)/(3)	(7)=(4)/(1)	Estrutura
(1)	(2)				(3)=(1)+(2)	(4)	(6)=(4)/(3)	(7)=(4)/(1)	Estrutura	
Despesa corrente	1.807,2	122,2	7,5	42,1	1,3	1.980,2	1.789,4	90,4	99,0	88,3
Despesas com o pessoal	1.149,3	32,3	0,0	-22,3	0,0	1.159,3	1.100,2	94,9	95,7	54,3
Aquisição de bens e serviços correntes	303,3	50,6	0,0	40,1	1,3	395,2	298,9	75,6	98,6	14,8
Juros e outros encargos	0,3	0,1	0,0	0,2	0,0	0,5	0,4	82,8	148,0	0,0
Transferências correntes	337,3	35,9	7,5	22,3	0,0	402,9	375,5	93,2	111,3	18,5
Administrações Públicas	0,1	1,7	0,0	0,8	0,0	2,5	2,5	96,4	3.734,1	0,1
Administração Central	0,1	1,7	0,0	0,7	0,0	2,5	2,4	96,4	3.661,7	0,1
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	-	0,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,1	-	0,0
Outras transferências correntes	337,2	34,2	7,5	21,5	0,0	400,4	373,1	93,2	110,6	18,4
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	46,3	-	0,0
Outras despesas correntes	17,0	3,3	0,0	1,9	0,0	22,2	14,3	64,2	83,7	0,7
Despesa de capital	305,6	32,2	0,0	-26,2	1,5	313,1	236,0	75,4	77,2	11,7
Investimento	161,4	32,2	0,0	-7,1	1,5	187,9	118,3	62,9	73,3	5,8
Transferências de capital	138,6	0,0	0,0	-13,5	0,0	125,1	117,7	94,1	84,9	5,8
Administrações Públicas	6,2	0,0	0,0	-0,8	0,0	5,5	5,4	97,9	85,7	0,3
Administração Central	6,2	0,0	0,0	-0,7	0,0	5,5	5,4	98,0	86,4	0,3
Administração Regional	0,1	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Outras transferências de capital	132,4	0,0	0,0	-12,7	0,0	119,7	112,4	93,9	84,9	5,5
Outras despesas de capital	5,5	0,0	0,0	-5,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva consolidada	2.112,8	154,4	7,5	15,9	2,8	2.293,3	2.025,4	88,3	95,9	100,0
Ativos financeiros	0,0	0,1	0,0	0,7	0,0	0,8	0,8	100,1	163.823,8	-
Passivos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Despesa total consolidada	2.112,8	154,5	7,5	16,6	2,8	2.294,1	2.026,2	88,3	95,9	-

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Dados Provisórios

13.2. RESULTADOS

- Os resultados de 2012 foram influenciados pela implementação de medidas de redução orçamental que se traduziram numa redução de 139,93 M€.



- Em termos de peso da despesa, as universidades absorveram 74%, os organismos da ciência e apoio 23,4% e os serviços de ação social 2,7%.
- No que respeita aos resultados obtidos, constatou-se que a taxa de execução se situou em 88,3%, sendo 88,3% relativo a despesas correntes e 11,7% relativo a despesas de capital.
- Destaca-se que 18% do orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) se destinou ao financiamento de projetos de investigação nas instituições de ensino superior.
- Os resultados da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) nas áreas da formação avançada e inserção de recursos humanos, integração de doutores em empresas e instituições de Investigação e Desenvolvimento (I&D), criação de cátedras de investigação, promoção da produção científica, desenvolvimento tecnológico e inovação e parcerias internacionais de Ciência e Tecnologia (C&T).

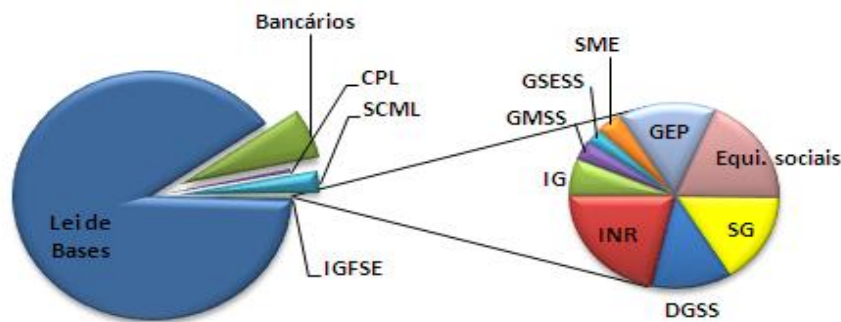
14. Programa 014 – Solidariedade e Segurança Social

- A entidade coordenadora do programa, Gabinete de Estudos e Planeamento, apresentou o relatório relativo aos recursos utilizados e resultados obtidos em 2012, destacando-se os aspetos mais importantes:

14.1. RECURSOS

- O orçamento inicial do PO14 para 2012 foi de 6.782,7 milhões de euros. Em resultado das cativações e das alterações orçamentais (designadamente com o 1.º orçamento retificativo que contemplou um reforço de 522,4 milhões de euros referentes às pensões dos bancários e um 2.º orçamento retificativo num total de 856,6 milhões de euros na orgânica de transferências para a Segurança Social no âmbito da Lei de Bases) o orçamento corrigido e expurgado de cativos foi de 8.187,7 milhões de euros, apresentando uma taxa de execução de 99,2% (8.123 milhões de Euros), sendo a taxa de execução de 99,8% de despesas provenientes de receitas gerais, de 86,2% de receitas próprias e de 50,4% de receitas comunitárias.

Gráfico 1 - Distribuição orçamental do P014 por serviço/orgânica (orçamento corrigido e expurgado de cativos)



Como se pode verificar pelo gráfico acima, a distribuição orçamental da dotação deste programa por serviço/orgânica está significativamente influenciada pelo grande peso das orgânicas relativas às transferências de receitas gerais para o subsector da segurança social que representam 96,3 % da dotação total do programa: as transferências no âmbito da Lei de Bases, representam por si só 89,6 % do PO e a transferência relativa às pensões dos bancários representa 6,4 % da dotação global disponível do programa. Na análise da execução física do programa excluímos ainda as verbas referentes ao orçamento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (uma vez que este organismo não foi considerado na elaboração da caracterização física do programa orçamental). Assim, face ao total do orçamento disponível apenas estamos a avaliar os resultados de um total de 102 Milhões de Euros, ou seja, 1,25 % do PO14, com uma taxa de execução financeira de 69,8 % em 2012.

Ao longo de 2012, pode-se ainda afirmar que, existiu uma redução cerca de 3,5% no número de trabalhadores afetos aos serviços contemplados para esta execução física.

O quadro seguinte apresenta a evolução ao longo do ano do orçamento do programa, bem como a respetiva execução (dados apurados pela Direção-Geral do Orçamento):

Quadro 17 - Despesas por Classificação Económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento Inicial	Alterações orçamentais				Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Execução			
		Da competência do Governo						%	(6)=(4)/(3)	(7)=(4)/(1)	Estrutura
		Créditos especiais	Provisional	Outras	Retificativo						
Despesa corrente	6.746,1	2,2	25,0	-0,4	1.379,1	8.151,9	8.111,6	99,5	120,2	99,9	
Despesas com o pessoal	153,3	-	-	0,2	-	153,5	159,8	104,1	104,2	2,0	
Aquisição de bens e serviços correntes	88,6	0,2	-	0,2	-	89,1	58,2	65,4	65,7	0,7	
Juros e outros encargos	0,5	-	-	0,1	-	0,5	0,2	32,7	37,0	0,0	
Transferências correntes	6.468,5	2,0	25,0	-0,1	1.379,1	7.874,4	7.862,9	99,9	121,6	96,8	
Administrações Públicas	6.460,9	2,0	25,0	0,3	1.379,1	7.867,3	7.857,8	99,9	121,6	96,7	
Administração Central	2,7	-	-	0,2	-	2,9	1,9	66,6	71,5	0,0	
Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Segurança Social	6.458,2	2,0	25,0	0,1	1.379,1	7.864,4	7.855,9	99,9	121,6	96,7	
Outras transferências correntes	7,6	-	-	-0,4	-	7,2	5,1	70,7	67,0	0,1	
Subsídios	18,0	-	-	-	-	18,0	17,7	98,6	98,6	0,2	
Outras despesas correntes	17,3	-	-	-0,8	-	16,4	12,9	78,4	74,6	0,2	
Despesa de capital	36,6	1,4	0,0	0,4	0,0	38,5	11,3	29,4	30,9	0,1	
Investimento	31,2	1,4	-	0,4	-	33,0	8,0	24,2	25,7	0,1	
Transferências de capital	5,5	0,0	0,0	0,0	0,0	5,4	3,3	60,8	60,6	0,0	
Administrações Públicas	5,5	0,0	0,0	0,0	0,0	5,4	3,3	60,8	60,7	0,0	
Administração Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Segurança Social	5,5	-	-	0,0	-	5,4	3,3	60,8	60,7	0,0	
Outras transferências de capital	0,0	-	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa efetiva consolidada	6.782,7	3,7	25,0	0,0	1.379,1	8.190,4	8.123,0	99,2	119,8	100,0	
Ativos financeiros											
Passivos financeiros											
Despesa total consolidada	6.782,7	3,7	25,0	0,0	1.379,1	8.190,4	8.123,0	99,2	119,8		

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: A SCML não promoveu as AO adequadas à execução embora tenha sido alertada para essa necessidade pela Delegação.

Nota: Dados provisórios.

14.2. RESULTADOS

- Considera a entidade coordenadora que os objetivos definidos para 2012 foram, em geral, cumpridos ou superados, não obstante não se terem alcançado todos os resultados esperados.

Os objetivos repartem-se por duas áreas de atuação, a saber:

- Reforçar a coesão social, reduzindo a pobreza e criando mais igualdade de oportunidades - neste objetivo enquadram-se os seguintes indicadores:
 - 202 Lugares criados/remodelados em equipamentos sociais (da responsabilidade do ISS) – sendo a meta deste indicador obtida pela conclusão dos projetos de investimento, verificando-se que por razões várias estes não foram concluídos (a execução financeira cifrou-se em 61% do orçamento disponível), não se obtiveram os resultados previstos;
 - 4 estudos na área de proteção e inclusão social (da responsabilidade do GEP) – uma vez que a transferência de atribuições para o GEE do MEE só veio a operacionalizar-se no final do ano, o GEP realizou mais três estudos para além do previsto;
 - 75% de qualificação do Acolhimento Residencial (AR) através do acompanhamento dos educandos até 2 anos após saída do AR, pelas equipas de Acompanhamento à Inserção da Casa Pia de Lisboa – foi superado pois foi realizado a 100%;

- 40% de aumento nas ações de formação e sensibilização no âmbito dos direitos das pessoas com deficiência promovidas pelo INR – obteve-se um aumento de 25%, ficando aquém do pretendido;
 - 250 projetos de apoio às ONG, financiados pelo INR, que desenvolvem atividades nas áreas da deficiência/incapacidade e das acessibilidades – foram realizados 175 projetos. O INR esclarece que o desvio verificado lhe é alheio, sendo da responsabilidade das ONG pois, no âmbito do programa de financiamento do INR, dos 390 projetos apresentados em candidatura, 166 foram excluídos por incumprimento com o regulamento, sendo admitidos 224 para apoio financeiro, dos quais 49 foram cancelados pelas próprias ONG devido também aos limites impostos ao financiamento.
- Garantir a modernização, racionalização e eficiência da Administração Pública - neste objetivo enquadram-se os seguintes indicadores:
- Reduzir para 15 dias o prazo médio de pagamentos aos fornecedores pela SG do MSSS – atingiu-se o prazo médio de 16,9 dias;
 - Aumentar em 10% a taxa de poupança média com compras públicas pela SG do MSSS – obteve-se uma taxa de poupança de 12,94%;
 - Reduzir em 20% o tempo de resposta aos pedidos efetuados no âmbito das atribuições da DGSS – obteve-se uma taxa de redução de 34%;
 - 20% de utilizadores capacitados para operar com o SII – Sistema Integrado de Informação ajustado à gestão por processos a implementar pela CPL – obteve-se uma taxa de 11,30%;
 - Assegurar a disponibilidade do SIIFSE do IGFSE (n.º de horas de paragem por trimestre: 24) – verificando-se que o SIIFSE nunca esteve indisponível, o objetivo foi superado;
 - 80% de taxa de realização do Plano de Atividades de Auditoria do IGFSE – o Plano foi realizado a 100%;
 - 12 auditorias a realizar pela IGMSSS aos sistemas de controle interno dos serviços e organismos do MSSS – foram realizadas as 12 auditorias.

